

**Câmara Municipal da Nazaré**

**Av. Vieira Guimarães nº54**

**2450-951 Nazaré**

**Assunto: Audiência Prévia – Relatório Preliminar Concurso Público para atribuição de licenças de circulação de veículos afetos à atividade de animação turística**

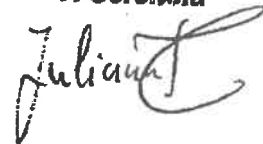
Exmos. Senhores Membros do Júri,

No âmbito do processo do concurso público *supra* melhor identificado e no seguimento da notificação do Relatório Preliminar vem a concorrente Flaps and Tiles Unipessoal, Lda. exercer o seu direito de audiência prévia.

Sem mais assunto, com os melhores cumprimentos.

Flaps and Tiles Unip. Lda.

**A Gerência**



**A Gerência**

**Juliana Leandro Machado**

**Flaps and Tiles, Unipessoal, LDA.,** concorrente no Concurso Público melhor identificado em assunto vem, muito respeitosamente, expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

- 1- Ao presente concurso, entre outras normas, cabe aplicação das normas do Código dos Contratos Públicos.
- 2- Dispõe as normas do concurso na al. d) do n.º 5 do art. 8º que: "Serão excluídas as candidaturas, cujos candidatos não apresentem todos os documentos mencionados no art. 5º deste Programa de Concurso.
- 3- A aqui concorrente apresentou a proposta com toda a documentação vertida no programa do concurso, nomeadamente a documentação a que alude o art. 10º do mencionado Programa.
- 4- Como bem é mencionado no relatório preliminar a concorrente apresenta seguro de responsabilidade civil, onde figura como tomador é a empresa Arebiri Eventos Unipessoal, Lda., o que faz sentido atendendo a propriedade.
- 5- Não podemos esquecer que o veículo em causa está cedido à aqui concorrente.
- 6- Logo o CONDUTOR HABITUAL conta empresa.
- 7- Mas não a empresa que o Júri quis tomar por certo.
- 8- A empresa constante do CONDUTOR HABITUAL é a Flaps and Tiles, Unipessoal, LDA.
- 9- Nem o Júri poderla ser levado a crer outra coisa, senão esta conclusão.
- 10- Basta um pouco de zelo e brio no que se faz, para saber que quando o tomador do seguro é uma empresa no condutor habitual não vem o nome de um funcionário específico, para poder abarcar qualquer funcionário que conduza o veículo assegurada da entidade patronal.
- 11- Mais ainda dúvidas lhe subsistissem, sem razão de ciência, e indo no princípio da boa-fé, sempre, o Júri, poderia ter solicitado esclarecimentos.

12-O que não fez! E repita-se, poderia ter sido feito.

13-Se o Júri do concurso se foi levado a crer que quem pode conduzir o tuk tuk objeto de cedência é o tomador dos seguros, não o devia ter sido.

14-Jamais poderemos aceitar que, na leitura de 3 palavras o Júri do Concurso seja levado a crer, este "levado a crer" não se torna numa verdade absoluta.

15-Quando dúvidas subsistem, pedem-se esclarecimentos.

16- Da leitura do referido motivo justificativo da exclusão desta candidata ao concurso, constante do relatório preliminar não pode acolher.

17- Como já foi prática acolhida por júris de concurso desta camara Municipal, a do pedido de esclarecimentos.

18-Se o Júri o tivesse feito nada mais era quem pedido de esclarecimentos que pretenda aclarar ou esclarecer qualquer informação da proposta, e não perante uma omissão de uma formalidade exigida pelo Programa do concurso e que implicaria a exclusão da referida candidata.

19- Recorrendo à jurisprudência:

Vd. Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, processo n.º 739/18.0B.ELSB, de 27.02.2020:

*Haverá que ter ainda presente, que a proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, artigo 56.º, n.º 1, do CCP.*

*Da leitura conjugada destes normativos ressalta um dos princípios da contratação pública, que é o da intangibilidade, indisponibilidade ou imutabilidade das propostas, significando que com a sua apresentação o apresentante fica vinculado à proposta, sem que a possa retirar ou alterar.*

*Nas palavras de Rodrigo Esteves de Oliveira, "o princípio da intangibilidade das propostas (ou princípio da indisponibilidade ou da imutabilidade das propostas), sendo uma refração dos princípios da concorrência e da igualdade, é um princípio fundamental da contratação pública e significa que, com a entrega da proposta (e com o termo do prazo para a sua apresentação) o concorrente fica vinculado a*

ela e, consequentemente, já não a pode retirar nem alterar até que seja proferido o ato de adjudicação ou até que decorra o respetivo prazo de validade. As propostas apresentadas ao procedimento adjudicatório não devem, pois, após o decurso do prazo para a sua apresentação, considerar-se na disponibilidade dos concorrentes, de ninguém, aliás, tornando-se intangíveis, documental ou materialmente, valendo pelo seu conteúdo inicial” (Os Princípios Gerais da Contratação Pública, in Estudos da Contratação Pública I, 2008, p. 77).

*Tal princípio tem óbvias implicações na amplitude dos esclarecimentos a prestar pelos proponentes, a pedido do júri, posto que, conforme já assinalado, a proposta já não pode ser objeto de alteração depois de apresentada.*

*Assim, os esclarecimentos podem conduzir à clarificação sobre o sentido menos claro como se encontra descrito um termo, condição ou atributo, “desde que seja nítido que o que está em causa é, não alterar nem completar, mas apenas explicitar ou clarificar o sentido do enunciado que descreve ou define os termos ou condições ou o atributo e que, segundo um critério objetivo, essa explicitação tenha uma correspondência no texto da proposta”* (Pedro Gonçalves, Direito dos Contratos Públicos, vol. I, 2018, p. 769).

*Como se assinala no acórdão do STA de 30/01/2013, tirado no proc. n.º 0878/12, os esclarecimentos prestados passam a fazer parte integrante da proposta desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão, cabendo-lhes “uma mera função de explicação ou de aclaração de algo menos nítido ou menos claro, não se destinando a dizer coisa diferente da que se assumira na proposta, nem para completar ou aperfeiçoar algum atributo da mesma, nem para integrar lacunas existentes nos atributos ou nos elementos da proposta (preço, prazo, produto, etc.) cuja omissão justificasse a sua exclusão”* (no sentido apontado, vejam-se, vg, os acórdãos do STA de 13/01/2011, proc. n.º 839/10, de 10/07/2013, proc. n.º 498/13, e de 07/05/2015, proc. n.º 1355/14, do TCAN de 06/12/2013, proc. n.º 2363/12.6BELSB, e do TCAS de 20/02/2015, proc. n.º 1606/13.3BEBRG, todos disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).

(...)

20-Como tal, podia ter sido feito pedido de esclarecimentos previsto no artigo 72.º, n.º 1 do CCP, ao invés de ter conduzido à exclusão da proposta da ora concorrente.

21-Está em causa uma exclusão desproporcionada e prejudicial uma exclusão que claramente não decorre da lei, pois permite a sua clarificação.

22- Citamos o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 29.09.2016, processo n.º 0867/16:

“Acresce que, muito embora seja certo que o Júri pode “pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e avaliação das mesmas” (art.º 72.º/1 do CCP) também o é que essa é uma prerrogativa do Júri, a exercer quando se sinta inseguro quanto ao exacto significado da proposta...”

*Em suma, a figura dos esclarecimentos não pode ser usada para modificar o conteúdo da proposta ou para lhe aditar elementos que dela deviam constar e não constam por tal constituir violação do princípio da intangibilidade mas, apenas e tão só, para elucidar o Júri sobre a parte da proposta que este entenda necessitar de clarificação.*

(...)

23-O que não foi feito.

24-Ainda e no que diz respeito aos pedidos de esclarecimentos e/ou suprimientos convidamos a uma leitura atenta do art. 72º do CCP, o qual e à cautela se transcreve:

#### **“Artigo 72.º**

##### **Esclarecimentos e suprimento de propostas e candidaturas**

1 - O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

2 - Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º

3 - O júri deve solicitar aos candidatos e concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas candidaturas e propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:

a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo as declarações dos anexos i e v ao presente Código ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;

b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;

c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.

4 - O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas ou propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

5 - Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.os 1 e 3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os candidatos e concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.”

25-Isto porque, os esclarecimentos são isto mesmos esclarecimentos, não iria servir para, e de forma encapotada, suprir irregularidades na apresentação da proposta.

26-O Júri pode pedir esclarecimentos, de elementos contantes da proposta que causem alguma dúvida/confusão e não de elementos que não existem.

27-O Júri foi "levado a crer", logo não tinha a certeza, então deveria ter pedido esclarecimentos à aqui concorrente.

28- OS esclarecimentos só se pedem quando existem dúvidas na indicação de qualquer elemento o que não se verificou.

29-Pelo supra explanado deverá a concorrente Flaps and Tiles, Unipessoal, LDA., ser admitida no concurso.

Nestes termos e por todo o supra exposto deverá a concorrente Flaps and Tiles, Unipessoal, LDA ser admitida no concurso com a proposta apresentada pois que apresentou toda a documentação, nomeadamente documento comprovativo de seguro de responsabilidade civil, (...) quanto a ocupantes e a terceiros atualizado à data do pedido, conforme exigido pela al. f) do art. 10º do programa de concurso.

Espera deferimento

**Flaps and Tiles Unip. Lda.**  
**A Gerência**



**A Gerência**  
**Juliana Leandro Machado**

## Maria João Cristão

---

**De:** Maria João Cristão  
**Enviado:** 24 de outubro de 2025 09:51  
**Para:** contacto@ageas.pt  
**Cc:** João Santos; Ricardo Caneco; Filipe Gaudêncio; Maria João Cristão; Ana Hilário; Mobilidade e Trânsito - CMNazaré  
**Assunto:** RE: Pedido de esclarecimentos sobre a apólice n.º0045.12.410022 Pedido 1-204287343618 submetido com sucesso.  
**Anexos:** Contrato de Cedência.pdf

Bom dia!

Face à informação rececionada, tenho uma questão a colocar, conforme contrato de cedência que anexeï, não se trata de uma venda mas de uma cedência.

Os fundamentos mencionados na vossa resposta, mantem -se válidos?



**De:** contacto@ageas.pt <contacto@ageas.pt>  
**Enviada:** 23 de outubro de 2025 17:59  
**Para:** Maria João Cristão <maria.joao.cristao@cm-nazare.pt>  
**Assunto:** FW: Pedido de esclarecimentos sobre a apólice n.º0045.12.410022 Pedido 1-204287343618 submetido com sucesso.

Estimada Sra. Maria Cristão,

Acusamos a receção do seu e-mail cujo teor mereceu a nossa melhor atenção.

Conforme solicitado, se existiu alteração de proprietário, a apólice deve ser anulada por venda e emitida nova em nome do novo proprietário.

Mantemo-nos ao seu inteiro dispor para os esclarecimentos adicionais que, a este ou outro propósito, considere necessários.

Com os melhores cumprimentos,

Verónica Barros

Ageas Seguros

Gestor de Contactos

Prestador externo ao serviço da Ageas Portugal

Praça do Príncipe Perfeito, Nº 2

1990-278 Lisboa

Portugal

[www.ageas.pt](http://www.ageas.pt)

grupo  
ageas.  
portugal



Pense no ambiente antes de imprimir esta mensagem

**From:** "Maria João Cristão" <[maria.joao.cristao@cm-nazare.pt](mailto:maria.joao.cristao@cm-nazare.pt)>

**Sent:** 20/10/2025 10:59:32

**To:** "contacto@ageas.pt" <[contacto@ageas.pt](mailto:contacto@ageas.pt)>

**Subject:** RE: Pedido de esclarecimentos sobre a apólice n.º0045.12.410022 Pedido 1-204287343618 submetido com sucesso.

Bom dia!

Desculpe a insistência, mas trata-se de um concurso público, e temos uma certa urgência na resposta.



**Maria João Cristão**

*Arquiteta*

*Divisão de Obras Municipais e Ambiente*

**Município da Nazaré | Câmara Municipal**

Av. Vieira Guimarães nº52, 2450 - 112 Nazaré

Tlm.: +351 262 550 260| Tel: +351 262 550 010

[cm-nazare.pt](http://cm-nazare.pt)

**De:** [contacto@ageas.pt](mailto:contacto@ageas.pt) <[contacto@ageas.pt](mailto:contacto@ageas.pt)>

**Enviada:** 14 de outubro de 2025 17:13

**Para:** Maria João Cristão <[maria.joao.cristao@cm-nazare.pt](mailto:maria.joao.cristao@cm-nazare.pt)>

**Assunto:** FW: Pedido de esclarecimentos sobre a apólice n.º0045.12.410022 Pedido 1-204287343618 submetido com sucesso.



Estimada Sra. Maria Cristão,

Acusamos a receção do seu e-mail cujo teor mereceu a nossa melhor atenção.

Somos a informar que a situação foi encaminhada à área correspondente que, oportunamente, dará o respetivo seguimento.

Mantemo-nos ao seu inteiro dispor para os esclarecimentos adicionais que, a este ou outro propósito, considere necessários.

Com os melhores cumprimentos,

Verónica Barros

Ageas Seguros

Gestor de Contactos

Prestador externo ao serviço da Ageas Portugal

Praça do Príncipe Perfeito, Nº 2

1990-278 Lisboa

Portugal

[www.ageas.pt](http://www.ageas.pt)

grupo  
ageas.  
portugal



Pense no ambiente antes de imprimir esta mensagem

**From:** "Maria João Cristão" <[maria.joao.cristao@cm-nazare.pt](mailto:maria.joao.cristao@cm-nazare.pt)>  
**Sent:** 10/10/2025 12:12:31  
**To:** "contacto@ageas.pt" <[contacto@ageas.pt](mailto:contacto@ageas.pt)>  
**Subject:** Pedido de esclarecimentos sobre a apólice n.º0045.12.410022

Exmos. Senhores.

O veículo tipo tuk tuk, com a matrícula AL-98-HG, propriedade da AREBIRI EVENTOS UNIPESOAAL LDA foi cedido à FLAPS & TILES UNIPESOAAL LDA no âmbito do CONCURSO PÚBLICO PARA ATRIBUIÇÃO DE LICENÇA DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS AFETOS À ATIVIDADE DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA.

Pergunta-se se com esta cedência, o seguro mantém-se válido independentemente do contrato de cedência de veículo, que se junta em anexo, e se o seguro mantém total cobertura em caso de sinistro imputável a funcionários da FLAPS & TILES UNIPESOAAL LDA.



**Maria João Cristão**  
*Arquiteta*  
*Divisão de Obras Municipais e Ambiente*  
**Município da Nazaré | Câmara Municipal**  
Av. Vieira Guimarães nº52, 2450 - 112 Nazaré  
Tlm.: +351 262 550 260| Tel: +351 262 550 010  
[cm-nazare.pt](mailto:cm-nazare.pt)

-----  
Esta mensagem pode conter informação confidencial. Caso o receptor desta mensagem não seja o destinatário indicado, e expressamente proibida a cópia ou endereçamento desta informação a terceiros, encontrando-se o destinatário na obrigação de destruir a presente mensagem e de informar o emissor.

This message may contain confidential information, and is intended only for the individuals named. If you are not the intended recipient you should not distribute or copy this information and must delete this e-mail from your system and notify the sender immediately.

-----  
Esta mensagem pode conter informação confidencial. Caso o receptor desta mensagem não seja o destinatário indicado, e expressamente proibida a cópia ou endereçamento desta informação a terceiros, encontrando-se o destinatário na obrigação de destruir a presente mensagem e de informar o emissor.

This message may contain confidential information, and is intended only for the individuals named. If you are not the intended recipient you should not distribute or copy this information and must delete this e-mail from your system and notify the sender immediately.

---

**FLAPS and TILES FAT Relatório preliminar concurso publico para atribuição licenças circulação veículos afetos a atividade animação turística.**

---

**De** Marisa Carlota <marisa.carlota@cm-nazare.pt>

**Data** sex, 03/10/2025 11:20

**Para** João Santos <joao.santos@cm-nazare.pt>; Ricardo Caneco <ricardo.caneco@cm-nazare.pt>; Maria João Cristão <maria.joao.cristao@cm-nazare.pt>; Ana Hilário <ana.hilario@cm-nazare.pt>; Filipe Gaudêncio <filipe.gaudencio@cm-nazare.pt>

**Cc** Mobilidade e Trânsito - CMNazaré <mobilidadeetransito@cm-nazare.pt>; flapsandtilesfat@gmail.com <flapsandtilesfat@gmail.com>

 1 anexo (97 KB)

Audiencia Previa\_Assinada.pdf;

Cordiais Saudações

Acusamos receção de email que será reencaminhado para o Júri do Concurso.

Com os melhores cumprimentos,



**Marisa Carlota**

*Assistente Técnica*

*Gabinete de Mobilidade e Trânsito*

**Município da Nazaré | Câmara Municipal**

Av. Vieira Guimarães nº54, 2450 - 951 Nazaré

Tel: +351 262 550 010

[cm-nazare.pt](mailto:cm-nazare.pt)

---

**De:** Flaps and Tiles Fat <flapsandtilesfat@gmail.com>

**Enviado:** 3 de outubro de 2025 11:15

**Para:** Filipe Gaudêncio <filipe.gaudencio@cm-nazare.pt>

**Cc:** Mobilidade e Trânsito - CMNazaré <mobilidadeetransito@cm-nazare.pt>; João Santos <joao.santos@cm-nazare.pt>; Maria João Cristão <maria.joao.cristao@cm-nazare.pt>

**Assunto:** Re: Relatório preliminar concurso publico para atribuição licenças circulação veículos afetos a atividade animação turística.

**Exmos. Senhores Membros do Júri**

No âmbito do processo do concurso público supra melhor identificado e no seguimento da notificação do Relatório Preliminar vem a concorrente Flaps and Tiles Unipessoal, Lda. exercer o seu direito de audiência prévia.

Sem mais assunto, com os melhores cumprimentos.

Atenciosamente,  
Juliana Machado  
916036507



Flaps And Tiles – Unipessoal, Lda

RNAAT Registo n.º C-47/2018

Filipe Gaudêncio <[filipe.gaudencio@cm-nazare.pt](mailto:filipe.gaudencio@cm-nazare.pt)> escreveu (segunda, 29/09/2025 à(s) 09:40):

Exmo. Sr.

Enviamos em anexo documento supracitado.

Com os melhores cumprimentos.



**Filipe Gaudêncio**

*Coordenador Técnico*

*Gabinete de Mobilidade e Trânsito*

**Município da Nazaré | Câmara Municipal**

Av. Vieira Guimarães nº52, 2450 - 112 Nazaré

Tlm.: +351 924 458 967 | Tel: +351 262 550 010

[cm-nazare.pt](mailto:cm-nazare.pt)